

## ECONOMIA

## POLÍTICA ECONÔMICA

Para Ipea, desenvolvimento forte depende de investimentos e melhoria da infra-estrutura. Vôo ousado só ocorrerá a partir de 2010

# Impossível crescer 5% no próximo mandato

LUÍS OSVALDO GROSSMANN  
RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

**N**um país sem tradição de discutir políticas públicas além do curíssimo prazo, chama a atenção estudo divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) com sugestões de como se chegar ao crescimento econômico num período de 12 anos. É especialmente relevante que uma entidade ligada ao Ministério do Planejamento parta do pressuposto de que não é possível o crescimento de 5% do PIB nos próximos anos, apesar dos discursos do governo.

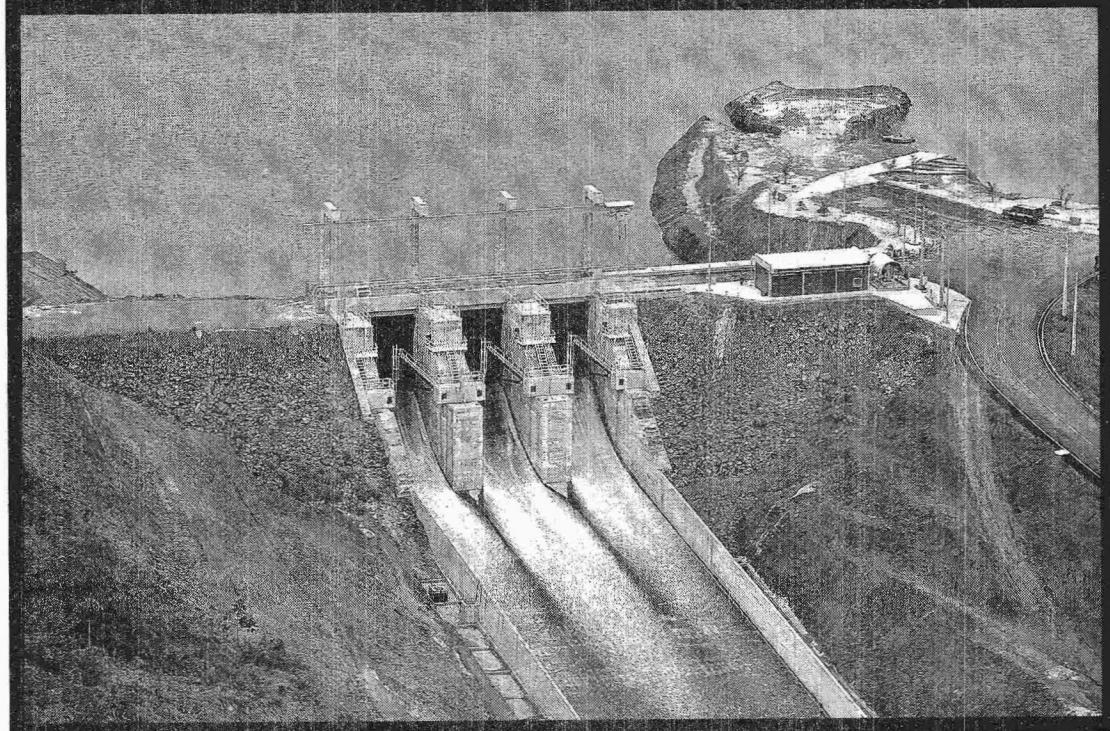
O estudo *Uma agenda para o crescimento econômico e a redução da pobreza* contempla diversos setores que precisam de reformas para que o Brasil alcance as condições para crescimento sustentado, ou seja, permanente. Mas logo em sua introdução o trabalho destaca dois pontos graves que impossibilitam vôos mais ousados antes de 2010 — a falta de energia elétrica e o baixo nível de investimento.

"O Brasil encontra-se diante da possibilidade concreta de alcançar, na próxima década, taxas de crescimento da sua economia da ordem de 5% ao ano. Isso não será ainda possível nos próximos anos, pela existência de duas restrições", dizem no capítulo reservado à política econômica, o diretor de estudos macroeconômicos, Paulo Mansur Levy, e o economista Fabio Giambiagi.

## Para o sucessor

Em primeiro lugar, assinalam, "os problemas no setor elétrico não impedem uma expansão da economia em torno de 4% a.a. no próximo governo, mas tornariam arriscado um crescimento a taxas mais ambiciosas." Em segundo, completam, "a taxa de investimento, prevista para 20% do

Cadu Gomes/CB - 9/1/06



BAIXO INVESTIMENTO EM GERAÇÃO DE ENERGIA É UM DOS ENTRAVES APONTADOS PELO ESTUDO DO IPEA

Produto Interno Bruto no ano em curso, impede uma expansão sustentada muito acima de 3,5% a.a." Seria preciso alcançar uma taxa próxima a 26% do PIB

O Ipea defende, então, algo difícil de acreditar — que um governo trabalhe para criar as condições que serão desfrutadas por seu sucessor. Segundo o estudo, "a tarefa do próximo governo será a de criar as condições para que, na década de 2011-2020, o país possa ter um crescimento da ordem de 4,5% a 5,0% a.a."

Naturalmente, as avaliações não foram comemoradas pela equipe econômica do governo. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, insiste no crescimento acelerado já. "Isso é uma opinião do Ipea. O Ipea é um órgão de estudos e projeção e tem a opinião dele. Nossa opinião é diferente da dele. Nós achamos que dá para crescer 5% sim nos próximos anos porque as condi-

**REQUISITO**  
**26%**  
do PIB é a taxa de investimento necessária para o país crescer mais de 3,5% ao ano

ções já estão dadas", afirmou.

O colega da pasta do Planejamento, Paulo Bernardo, também criticou. "Eles estão partindo da suposição de que não vai mudar nada. Nós estamos trabalhando, vamos fazer mudanças, vamos fazer ajustes, vamos fazer propostas de medidas que serão evidentemente aprovadas pelo presidente. Algumas terão que passar pelo Congresso e a partir daí teremos condições diferentes", disse Bernardo.

Na verdade, quem ler o estudo

vai perceber que o Ipea defende mudanças agora para melhorar as condições futuras. Afinal, os economistas do instituto entendem que a recuperação do crescimento deve estar baseada em quatro pilares que se interrelacionam: uma forte redução da relação dívida pública/PIB; expressiva, ainda que gradual, diminuição das taxas de juros; a retomada do investimento público; e a redução da carga tributária.

O trabalho é abrangente, com propostas sobre saúde pública, educação superior, reformas trabalhista, previdenciária, fiscal e da Justiça, política de comércio exterior e uma melhor definição dos marcos regulatórios. "Em maior ou menor grau, essas reformas giram em torno de uma nova forma de atuação do Estado brasileiro, seja aumentando a eficiência do gasto público, seja no seu papel de regulador da economia", sugere o Ipea.